

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.360 - PR (2018/0316119-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : J H DOS S F
REPR. POR : F C DOS S
ADVOGADOS : KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130
WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135
KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR
ADVOGADOS : ELIZABET NASCIMENTO - PR012845
KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785
LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354
AGRAVADO : OS MESMOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial de JOSÉ HENRIQUE DOS SANTOS FAGUNDES interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. “AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS”. 1. AGRAVOS RETIDOS. MATÉRIA RELATIVA À PROVA PERICIAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO, JÁ QUE O FEITO FOI JULGADO ANTECIPADAMENTE. DECISÃO AGRAVADA QUE AFASTOU OS EFEITOS INTERRUPTIVOS DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. JUÍZO A QUO QUE, POSTERIORMENTE, RECEBEU O RECURSO DE APELAÇÃO. RETRATAÇÃO EXERCIDA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DEFINITIVO EXERCIDO PELO JUÍZO AD QUEM. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RECURSOS NÃO CONHECIDOS. 2. RECURSO DE APELAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA DO ODOR DESAGRADÁVEL ORIUNDO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO. PROVA PERICIAL IMPRESCINDÍVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE.

Os embargos de declaração foram rejeitados. No recurso especial, o recorrente aponta, violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 1.022, I, II e III do CPC, alegando que o acórdão recorrido deixou de se pronunciar quanto aos arts. 6º do CDC e 373 inciso II e 85 do CPC/2015, bem como aos artigos 225, § 3º da Constituição Federal de 1988, e artigos 14, § 1º e art. 3º, da Lei 6.938/1981, que discorrem acerca da responsabilidade objetiva do poluidor independentemente de culpa, somado à inaplicabilidade da Resolução Conama 008/90 e aplicação da Resolução SEMA-PR 16/2014, além do artigo

384 do CPC/2015, o qual preceitua a utilização de documentos lavrados por tabelião para se comprovar a existência e o modo de existir de algum fato; (b) art. 6º do CDC e 373, II, do CPC, alegando que, no presente caso, faz-se necessária a inversão do ônus da prova de forma dinâmica, pois estão comprovadas a verossimilhança e hipossuficiência do autor, bem como do outro lado da demanda encontra-se uma empresa de grande porte com potencial financeiro indiscutivelmente maiores que o dos autores; (c) art. 85 do CPC, aduzindo que o acórdão deixou de fazer menção aos honorários sucumbenciais; (d) arts. 255, §3º, da CF/88, 14, §1º, e 3º, IV da Lei 6.938/1981, 373, II, 385 e 405 do CPC, aduzindo que o acórdão recorrido ignorou o ônus *probandi* e as provas carreadas aos autos, as quais permitem a análise e julgamento do mérito pela procedência da ação considerando a responsabilidade civil e objetiva com aplicação da teoria integral do risco integral.

Foram apresentadas contrarrazões.

Sobreveio juízo negativo de admissibilidade.

Insurge a parte agravante contra essa decisão, afirmando que, ao contrário do que supõe o juízo de admissibilidade, o recurso especial reúne condições de ser processado.

Houve contraminuta pela parte agravada.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: “*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*”.

Dessume-se dos autos que a decisão que negou seguimento ao recurso especial se baseou nos argumentos de que: a) a violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se *quaestio* afeta à competência do Supremo Tribunal Federal; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto; b) a suposta afronta ao artigo 1.022 e incisos do Código de Processo Civil não comporta acolhimento, pois o colegiado, por meio de decisão fundamentada, cassou a sentença em razão da necessidade de instrução probatória; c) no que se refere aos artigos 373, inciso II, e 384 do Código de Processo Civil, 6º do Código de Defesa do Consumidor, 14, § 1º e 3º, inciso IV da Lei 6.938/1981, é inadmissível o recurso especial que não impugna especificamente os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula 283/STF); d) com relação à fixação de honorários advocatícios, do exame das razões recursais, exsurge a ausência de impugnação específica ao fundamento basilar da decisão objurgada, de modo que incide o óbice da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

Contudo, do exame do agravo interposto, observa-se que o agravante furtou-se de impugnar especificamente o primeiro e o segundo fundamentos utilizados pelo Juízo *a quo* na decisão de inadmissibilidade.

A parte recorrente quedou-se inerte quanto a impugnação do fundamento do Juízo *a quo* de que não cabe recurso especial de suposta violação a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação de competência da Suprema Corte.

Quanto ao argumento utilizado para afastar a afronta ao 1.022 do CPC, o recorrente limitou-se a repetir as razões do recurso especial.

Dessa forma, o agravo em recurso especial carece de fundamentação, atraindo as consequências previstas no art. 932, III, do CPC/2015, segundo o qual não se conhecerá do agravo que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão

de inadmissibilidade.

A jurisprudência do STJ é assente no sentido de que impugnação à fundamentação contida na decisão agravada deve ser específica e suficientemente fundamentada e atacar todos os pontos do *decisum*.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

